

# Padrões de Convergência e Divergência do Crescimento Econômico Regional e das Migrações no Brasil - 1940/1960\*

Douglas H. Graham

1. Introdução.
2. Tendências do Crescimento Regional: 1940/1960.
3. A Migração Interna.
4. As Diferenças de Renda e a Migração Interna: 1940/1960.
5. Apreciação Final.

## 1. Introdução

Em anos recentes,<sup>1</sup> a natureza e o padrão do crescimento econômico regional brasileiro, com seus desequilíbrios e suas conseqüências políticas e sociais, têm sido objeto de inúmeros estudos. Assim, as características mais óbvias — e por vêzes, não tão óbvias — desse

\* Este estudo é parte de outro mais amplo sôbre o crescimento regional do Brasil, apresentado como tese de doutorado, na Universidade Harvard, em 1967.

Meus agradecimentos aos Profs. SIMON KUZNETZ — meu professor e conselheiro — e HENRY ROSAVSKY, pelas críticas e sugestões. Também agradeço a ISAAC KERSTENETZKY, da F.G.V., pelos comentários sôbre uma versão preliminar deste estudo.

O que porventura tiver ficado, em deficiências ou falta de clareza, continua a ser responsabilidade minha.

<sup>1</sup> Os estudos mais informativos nesse campo são: 1. BAER, Werner, *Regional Inequality and Economic Growth in Brazil, Economic Development and*

processo de crescimento já foram bastante analisadas. Contudo, o fenômeno da migração interna, embora discutido em termos gerais, não tem aparecido como preocupação fundamental desses estudos.

Nesse sentido, este trabalho é uma tentativa de contrabalançar aquela tendência, dando ênfase ao fenômeno das migrações, sua variação em volume e incidência diferencial, pelos vários estados do Brasil, bem como o seu papel no crescimento regional na década 1940/1960. Por fim, um breve sumário dos principais fatores que levaram a um aumento do volume de migração interna, na década de 50.

Não fôra o Brasil um país tão grande e diversificado, e seria uma surpresa constatar-se a existência de regiões relativamente isoladas umas das outras, com variados padrões estruturais de crescimento. Um estudo recente, no campo do *dualismo regional*, mostra que quanto maior a área geográfica da unidade nacional, maior a amplitude das variações regionais, seja devido às diferentes dotações de recursos naturais, seja pelas ligações econômicas e culturais, muito fracas, entre as regiões.<sup>2</sup>

O presente estudo não chega, contudo, a definir ou estabelecer a existência de tal dualismo no Brasil. Como ficou dito acima, esse fenômeno está analisado de forma mais adequada em diversas publicações. Aceitaremos pois o dualismo regional, como um dado, reconhecendo a utilidade de incorporá-lo a um estudo de crescimento e da migração interna no Brasil. Nesse sentido, a evidência empírica, mostrada nas tabelas que se seguem, pretende refletir esse dualismo: de um lado, o Sul, Sudeste e Sudoeste com seus estados de rendas elevadas, formando o centro agrícola e industrial do

*Cultural Change*, Vol. XIII, Nº 3, (abril de 1964) p. 268-85; 2. ROBOCK, Stefan, *Brazil's Developing Northeast*, Washington, D. C., 1963; 3. HIRSCHMAN, Albert, *Journeys Toward Progress*, Nova Iorque, 1964, Parte I; 4. SINGER, H. W., *International Development: Growth and Change*, Nova Iorque, 1965, Parte VI capítulos 19 a 24 referentes ao Nordeste do Brasil; 5. Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENE), *A Policy for the Economic Development of the Northeast*, Rio de Janeiro, 1959; 6. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), *Plano Quinquenal para o Nordeste — 1961-65*, Recife, 1961; 7. Presidência da República, *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social: 1963-1965*, Brasília, 1962, p. 81 a 89; 8. Ministério do Planejamento, IPEA, *Desenvolvimento Regional e Urbano*, Tomo VII, Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, Rio de Janeiro, 1967.

<sup>2</sup> WILLIAMSON, Jeffrey, Regional Inequality and the Process of National Development, *Economic Development and Cultural Change*, Vol. XIII, Nº 4, Parte II, julho de 1965, p. 15.

Brasil, agrupados num *grupo de cima*, do outro, os estados menos desenvolvidos e de baixa renda, do Norte e Nordeste, constituindo o que chamaremos *grupo de baixo*.<sup>3</sup>

## 2. Tendências do Crescimento Regional: 1940/1960.

### 2.1. OS PADRÕES REGIONAIS: 1940/1950

Os dados agregados disponíveis permitem uma determinação do padrão de crescimento (convergente ou divergente), apresentado pelos estados do Brasil, nos períodos de 1940/50 e 1950/60. Para tanto, nos utilizaremos de um índice sumário, que é a ponderação da desigualdade relativa, calculada com base na distribuição percentual da renda e população totais de cada estado. A soma das diferenças entre as duas distribuições percentuais, ignorados os sinais, é uma medida da desigualdade relativa da renda *per capita*, entre os estados, ponderada pela representatividade das respectivas populações, no total do país.<sup>4</sup>

Os dois limites do índice são zero (percentagem igual de renda e população, para cada estado, i. é, não há desigualdade relativa) e

<sup>3</sup> Adotaremos o seguinte grupamento de Estados:

Grupo de cima — Guanabara, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso, Santa Catarina, Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás.

Grupo de baixo — Amazonas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Pará, Bahia, Alagoas, Ceará, Maranhão e Piauí.

Estes grupos correspondem aproximadamente à divisão usual, encontrada em outros estudos (ver nota 1) que contrapõem Nordeste (nosso grupo de baixo) ao Centro-Sul (nosso grupo de cima). É óbvio que os dois grupos, com poucas exceções (como Amazonas), refletem a ordenação dos estados (entre grupos) segundo a renda *per capita*, no período dos últimos vinte anos, com os dez maiores estados, em renda *per capita*, compreendidos no grupo de cima, e os onze restantes, no grupo de baixo.

As estatísticas de ordenação, segundo a renda *per capita*, são disponíveis em Joint-Brazil — U. S. Economic Development Commission, *The Economic Development of Brazil*, U. S. Foreign Operations Administration (Washington, D. C., 1954) p. 308; BAER, Werner, *Industrialization and Economic Development in Brazil*, Irwin, Homewood, 1965, p. 170.

<sup>4</sup> Por exemplo, se a participação de um determinado Estado na renda nacional é de 15%, e a participação na população total é de 20%, a diferença (5%) é a diferença entre a renda *per capita* relativa do Estado em questão e a média nacional (neste exemplo, 0,75 menos 1,0, ou seja, -0,25), ponderada pela participação do estado na população total i. é 20%).

Ver S. KUZNETS, Quantitative Aspects of the Economic Growth of Nations: Industrial Distribution of National Product and Labor Force, *Economic Development and Cultural Change*, Supplement to Volume V, Nº 4, Parte II (julho 1957), p. 45.

cêrca de 200 (extrema desigualdade relativa, com um estado apropriando tôda a renda e praticamente nenhuma população). Os Apêndices I, II e III apresentaram com detalhe essas diferenças, para os vários grupamentos de estados, usados em nossa análise. Contudo, a Tabela 1 sumaria as informações mais relevantes e necessárias à interpretação das tendências do crescimento regional no período.

Como se pode notar, em 1950 a soma das diferenças para todos os Estados foi de 51,9, ou seja, maior do que a soma em 1940, que foi de apenas 40,2. Isso indica uma tendência divergente ou *de alargamento* que teria prevalecido na renda *per capita*, entre os estados. Ademais, parece que êsse alargamento foi substancial.

Uma perspectiva interessante no estudo de divergência regional, em têrmos agregados, nos é dada pela análise dos grupos. Cada grupo é considerado separadamente, com as participações na renda e população recalculadas na base de cem por cento, dentro de cada grupo. Os estados do grupo de cima, por exemplo, mostram um padrão de crescimento bastante divergente, entre 1940 e 1950 (seção III da Tabela 1). A soma das diferenças aumenta de 33,5 para 43,2.

Por outro lado, os estados do grupo de baixo não mostram qualquer tendência significativa, com a soma das diferenças permanecendo relativamente a mesma (seção IV, Tabela 1).

Um outro perfil de análise surge da consideração da soma entre os grupos. Aqui, todos os estados são colocados ou no grupo de cima, ou no grupo de baixo e essa classificação é utilizada para o cálculo de uma soma total de diferenças, no período. A seção II da Tabela 1 mostra que houve um crescimento substancialmente divergente entre os dois grupos, na década 1940/1950, com a soma das diferenças aumentando de 29,8 para 41,6.

Em suma, as tendências de 1940 a 1950 mostram: a) um movimento de alargamento na divergência de renda *per capita*, para todos os Estados. Porém essa característica não é associada com divergências ou convergências *dentro* do grupo de baixa renda, do Norte e Nordeste, quando tomado isoladamente; b) em contraposição, aquêle movimento se associa a uma divergência progressiva *dentro* do grupo de alta renda, no Sul, Sudeste e Sudoeste, e com uma acentuada divergência *entre* os dois grupos de Estado (i. é, entre Sul e Norte, definidos de modo amplo).

TABELA 1

Medidas sumárias da diferença entre participação na Renda e na População,  
Para alguns grupamentos regionais

1940 — 1950 — 1960

I — Soma das diferenças para todos os Estados:

1940	1950	1960
40,2	51,9	48,7

II — Soma das diferenças entre os Estados de cima e de baixo, cada qual tomado como um grupo:

1940	1950	1960
29,8	41,6	35,6

III — Soma das diferenças no grupo de cima, tomado separadamente:

1940	1950	1960
33,5	43,2	40,0

IV — Soma das diferenças no grupo de baixo, tomado separadamente:

1940	1950	1960
12,7	13,8	15,2

FONTE: Derivado dos Apêndices I, II e III.

## 2.2. OS PADRÕES REGIONAIS: 1950/1960

O padrão de crescimento observado entre 1950 e 1960 contrasta grandemente com o da década anterior. A Tabela I/II mostra que a divergência do crescimento da renda *per capita*, para todos os estados, observada em 1940, se inverteu na década dos 50. A soma das diferenças em 1960 foi 48,7, abaixo, portanto, dos 51,9, de 1950. Embora a convergência seja visível, o pequeno declínio na soma para 1960 não nos permite maiores interpretações. Mas também é certo que o alargamento da divergência, observado na década de 1940, não prosseguiu.

Olhando os padrões dos dois grupos de estados, tomados separadamente, também se observa uma mudança. Em 1960, a soma das diferenças para o grupo de cima foi de 40 — ligeiramente abaixo dos 43,2 calculados para 1950. Assim sendo, houve uma pequena convergência naquele grupo, entre 1950/60, em contraste com o padrão divergente de 1940/50.

Contudo, a característica mais notável do crescimento, nos anos 50, está na tendência convergente entre os dois grupos de estados.

O declínio na soma de diferenças entre os grupos foi de 41,6, em 1950, para 35,6, em 1960 (Tabela I/II). Pode-se então, associar a essa tendência, tanto a ligeira convergência do grupo de cima, como o padrão ainda mais convergente *entre* os dois grupos. Do mesmo modo, na década de 1940, teve-se uma acentuada divergência global, associada a tendências divergentes no grupo de cima e *entre* os grupos.

Um outro fato que emerge, é dado pela importância da dicotomia de grupos, como ponto de referência às explicações das tendências, nessas duas décadas. Assim, pode-se notar pela Tabela 1 que o comportamento *inter* grupo foi muito mais importante, na análise dos padrões globais de divergência (1940/50) e convergência (1950/60), do que o comportamento *intra* grupo. Portanto, qualquer tentativa de se investigar os fatores, por trás dessas tendências de crescimento regional, deve centrar-se num esquema Norte-Sul i. é., grupos de cima e de baixo).

### 3. A Migração Interna: 1940-1960

#### 3.1 INTRODUÇÃO

É ocioso lembrar a importância da migração interna sobre a convergência ou divergência regional da renda *per capita*. Analisemos, pois, o que tem sido essa movimentação entre os estados, nas duas últimas décadas, para estabelecermos os padrões de fluxo migratório, em termos do nosso índice, baseado nas informações dos censos de população.

Uma boa medida da migração interna é baseada na técnica de estimação conhecida por *forward census survival technique*. Esse índice compara as variações estimadas para os vários grupos de idade e sexo, por estado (e baseados nas taxas nacionais de sobrevivência, por grupo de idade e sexo, no período intercensitário), com as variações efetivas, registradas no mesmo período. A soma algébrica dessas diferenças para todos os grupos de idade e sexo nos dá um índice razoavelmente seguro do fluxo líquido de migração, para o estado em análise, no período intercensitário.<sup>5</sup> Lamentável-

<sup>5</sup> Para um tratamento mais detalhado da *forward census survival technique* e da sua aplicação na migração interna, ver S. LEE, Everett, Migration Estimate, em *Population Redistribution and Economic Growth — United States 1870-1950* (EVERETT LEE, ANN RATNER MILLER e outros), Vol. I — Methodological Considerations and References Tables, (Filadélfia, 1957), p. 15-16, 24-25, 65, 81 e 95.

mente, a falta de dados, em desdobramentos por idade e sexo, nos resultados preliminares do Censo de 1960, impede a utilização dessa medida, para o período 1950/1960.

Em conseqüência, desenvolvemos uma medida que nos permita cobrir, uniformemente, as duas décadas. Essa medida é a diferença absoluta entre a taxa de crescimento populacional do país e a de cada estado, em cada período intercensitário. Conquanto menos satisfatória do que a *forward census survival technique*, a nova medida é também um índice aceitável, para o que temos em vista. Os resultados, nas duas décadas são mostrados na Tabela 2.

Antes de analisarmos esses resultados, devemos ter em mente as limitações de qualquer medida baseada em períodos intercensitários. Primeiro, essas medidas não revelam grande parte do fluxo, de vez que elas somente registram um movimento por período intercensitário. Mas, em realidade, muitos imigrantes certamente percorrem vários estados num período de 10 anos. De fato, a pessoa pode até voltar para seu estado de origem, e, assim, nem ser considerado como parte do fluxo.

Tais cancelamentos de entradas e saídas podem atingir proporções consideráveis, ao longo de uma década.

Segundo, a migração *intra* estadual não é considerada. Caso nosso ponto de referência tivesse sido os municípios, ao invés de estados, a migração líquida seria consideravelmente maior do que a encontrada aqui, entre os estados. Assim sendo, o saldo líquido das migrações internas, obtido através de qualquer medida intercensitária do movimento entre os estados, não é senão uma pequena fração do fluxo total. Todavia, freqüentemente, existe uma forte associação de incidência e imigração diferenciais para os estados, ao longo do tempo, entre a medida intercensitária aqui adotada e a migração mais ampla de que falamos acima. Por causa disso, a medida intercensitária ainda assim nos permite chegar a certas conclusões sobre a natureza mutante do processo migratório.

### 3.2. A MIGRAÇÃO INTERNA: 1940/50

A coluna 1 da Tabela 2 nos permite ter uma idéia do impacto diferencial do deslocamento (uma aproximação do conceito de migração) entre os Estados do Brasil, em termos absolutos, para o

período 1940/50. Em geral, êsses resultados podem ser resumidos como se segue:

a) O grupo de estados do Norte e Nordeste, como um todo, experimentou um deslocamento negativo (migração) de proporções razoáveis, com os Estados da Bahia, Paraíba e Alagoas apresentando os maiores contingentes, enquanto para os demais Estados houve deslocamentos ligeiramente negativos ou mesmo positivos.

b) Em contraste com êsse comportamento, no grupo de cima encontramos alguns estados com fortes deslocamentos positivos (imigração) e outros apresentando fortes deslocamentos negativos (migração). Em números absolutos, os quatro maiores centros de imigração foram Paraná, Goiás, Guanabara e São Paulo, enquanto Minas Gerais e Espírito Santo foram os maiores centros de migração. <sup>6</sup>

A importância relativa da migração, neste período, pode ser determinada, em cada Estado, expressando-se os totais dos deslocamentos (coluna 1), como percentagem da população média de 1940/50. Os resultados, mostrados na coluna 2, indicam que, em conjunto, os deslocamentos positivos e negativos somaram cerca de 5% do total da população-base. No grupo de baixo, Alagoas, Sergipe e Paraíba detêm as maiores percentagens de deslocamento negativo, sendo que Alagoas apresenta uma percentagem bem acima dos outros estados do grupo.

Já no grupo de cima, Paraná e Goiás, especialmente, mostram grandes deslocamentos positivos, enquanto Minas Gerais e Espírito Santo registram altas percentagens negativas. Diga-se de passagem que a importância do papel da migração, em estados como Paraná e Goiás, aparece de forma mais intensa nas medidas relativas do que em números absolutos. E também é aparente que, no grupo de cima, encontramos medidas relativas muito maiores do que é típico dos estados do grupo de baixo.

Essa última característica dos estados do Sul e Sudoeste é, sem dúvida, o resultado do fato de a região Sul ter tido o crescimento econômico mais intenso, na década. Como se verá a seguir, na análise das diferenças de renda, tanto a proximidade como os diferenciais de renda, estimularam a migração. No Sul, o rápido crescimento de São Paulo, Paraná e Guanabara, atuou que nem ímã,

<sup>6</sup> Para todo o período, o antigo Distrito Federal é considerado como Estado da Guanabara.

TABELA 2

Deslocamento de população, em termos absolutos e relativos  
(1940 a 1950 e 1950 a 1960)

ESTADOS	1940—1950		1950—1960	
	Desloca- mento Total (1)	% da Po- pulação média de 1940/50 (2)	Desloca- mento Total (3)	% da Po- pulação média de 1950/50 (4)
<b>Grupo de Cima</b>				
1. Guanabara	+ 115.163	+ 7,5	+ 59.090	+ 2,1
2. São Paulo	+ 89.379	+ 1,1	+ 495.250	+ 4,5
3. R. G. do Sul	- 18.250	- 0,6	- 241.155	- 5,0
4. Rio de Janeiro	- 30.551	- 1,5	+ 264.302	+ 9,3
5. Paraná	+ 558.211	+ 33,3	+ 1.387.503	+ 43,4
6. Mato Grosso	- 22.480	- 4,7	+ 197.046	+ 27,5
7. S. Catarina	+ 76.148	+ 5,6	+ 14.952	+ 0,8
8. Esp. Santo	- 83.348	- 10,3	+ 11.599	+ 1,1
9. Minas Gerais	- 768.071	- 10,6	- 745.167	- 8,5
10. Goiás	+ 173.888	+ 17,0	+ 436.779	+ 26,4
<b>Grupo de Baixo</b>				
11. Amazonas	+ 31.663	+ 5,3	+ 47.344	+ 5,7
12. Pernambuco	+ 8.810	+ 0,3	- 501.602	- 13,3
13. R. G. Norte	+ 449	+ 0,0	- 165.115	- 15,5
14. Sergipe	- 38.807	- 6,5	- 120.052	- 17,2
15. Pará	- 29.218	- 2,8	+ 34.008	+ 2,4
16. Bahia	- 101.070	- 2,3	- 614.391	- 11,4
17. Paraíba	- 78.390	- 5,0	- 322.631	- 17,3
18. Alagoas	- 105.215	- 10,3	- 222.381	- 9,4
19. Ceará	+ 61.377	+ 2,6	- 344.667	- 11,4
20. Maranhão	+ 27.306	+ 1,9	+ 329.106	+ 16,2
21. Piauí	+ 15.765	+ 1,7	- 165.262	- 14,3
Influxo Total <sup>1</sup>	+ 1.198.159	+ 2,57	+ 3.276.979	5,3
Defluxo Total	- 1.199.720	- 2,57	- 3.276.816	5,3
Influxo + Defluxo	2.397.879	5,1	6.553.795	10,7

FONTES: IBGE, Censo Demográfico Brasil 1940, Série Nacional, Vol. II (Rio de Janeiro, 1950), p. 110-53; IBGE, Censo Demográfico Brasil 1950, Série Nacional, Vol. I (Rio de Janeiro, 1956), p. 65; IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico Brasil 1960, (Rio de Janeiro, 1962), p. 3.

## NOTAS:

1. O influxo e defluxo totais, aqui mostrados, são corrigidos pela subtração da área de litígio da Serra dos Aimorés, que registrou deslocamentos positivos de +75.680, em 1940/50 e +165.607, em 1950/60. Esses números foram subtraídos do total geral dos deslocamentos positivos, e adicionados ao dos negativos (i. e., o total negativo diminuiu), para se chegar aos totais de influxo e defluxo, nas colunas 1 e 3. Erros de arredondamento fazem com que os totais dos deslocamentos positivos e negativos não fechem.

2. As colunas 1 e 3 registram as diferenças absolutas que resultam entre a taxa de crescimento populacional, por Estado, e a taxa nacional, entre 1940/50 e 1950/60.

atraindo mais imigrantes dos estados vizinhos, de Minas Gerais e Espírito Santo, do que dos estados do Nordeste. A proximidade desses estados de crescimento mais lento, *dentro* do grupo de cima, criou uma forte migração interestadual, *dentro* desse grupo; isto porque o custo humano e econômico da migração era bem menor do que em relação a estados mais pobres (porém, mais distantes) do Norte e Nordeste.

### 3.3. A VARIAÇÃO DOS PADRÕES DA MIGRAÇÃO INTERNA, DE 1940/50 A 1950/60

Como se pode notar pelas colunas 3 e 4 da Tabela 2, houve um acentuado aumento no volume da migração interna, entre os estados, nos anos 50. Em termos absolutos, na década de 1950, o total dos deslocamentos positivos e negativos, bem como o total geral, para o país, aumentou 2,7 vezes, comparativamente aos níveis da década anterior (coluna 3, Tabela 2). Em termos relativos a movimentação global também aumentou de modo acentuado. Assim, enquanto na década dos 40 o total geral e os deslocamentos positivos e negativos representaram 5,1% e 2,5% da população média de 1940/50, as percentagens globais para o período 1950/60 mais que dobraram, atingindo 10,7% e 5,3%, respectivamente.

Também relevantes são as comparações dentro e entre os grupos. Como reflexo do maior volume global de migração, os maiores centros de entrada e saída do fluxo, na década de 50, apresentaram percentagens de deslocamento absoluto e relativo muito maiores do que na década precedente. Os resultados podem ser sintetizados em: a) como anteriormente, o grupo de baixo, em seu conjunto, foi exportador líquido, ao passo que o grupo de cima atuou intensamente como importador do fluxo migratório; b) no grupo de baixo, todavia, o nível da migração aumentou bastante, entre 1950 e 1960, com grandes acréscimos absolutos e relativos, em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará e Piauí; c) as elevadas percentagens negativas para oito dos estados no grupo de baixo (apenas três apresentaram *altas* percentagens negativas, no período 1940/50) são maiores do que as percentagens negativas em dois Estados do grupo de cima, na década de 50. Tal fato sugere claramente que a migração *inter* grupo, ou a longa distância, foi uma característica bem mais acentuada, no processo migratório de 1950/60, do que na década de 1940; d) por outro lado, em contraste com o período

1940/50, quando não havia nenhum centro de atração de imigrantes, no grupo de baixo, o Maranhão tornou-se em 1950/60 um amplo centro de entrada do fluxo migratório, na região Nordeste; e) entre os estados do grupo de cima, a Guanabara declinou como centro de entrada da migração e, paralelamente, São Paulo, Goiás e Paraná tornaram-se centros de atração ainda maiores; f) também o Rio de Janeiro e Mato Grosso mudaram, significativamente, sua característica na migração. Enquanto em 1940/50 eles registraram pequenas percentagens negativas de deslocamento, em 1950/60, eles se tornaram importantes centro de entrada do fluxo; g) e por fim, Minas Gerais ainda continuou, em 1950/60, como o centro mais importante de saída do fluxo migratório, enquanto o Rio Grande do Sul tomava a vez do Espírito Santo, como o outro único centro importante de saída do fluxo.

Este foi, portanto, o padrão geral do fluxo migratório interno. Fica evidenciado que na década de 1950 esse padrão continuou em trajetória acelerada, com os estados do grupo de baixo tornando-se ainda mais exportadores líquidos, enquanto o grupo de cima acentuou a sua posição líquida de importador de imigrantes. Esses aumentos substanciais no volume global de migração, e do nível da migração *entre* os grupos, não poderiam senão desempenhar um papel importante no crescimento convergente da renda *per capita*, entre os estados brasileiros, na década 1950/60. Isso ficará evidenciado na análise subsequente das diferenças de renda e a migração.

#### 4. As Diferenças de Renda e a Migração Interna: 1940/60

##### 4.1. AS ESTATÍSTICAS DE MIGRAÇÃO E RENDA: 1940/60.

Agora que já medimos e analisamos as tendências dos diferenciais da renda nacional e a migração interna, é interessante combinar os dados de renda e migração para ver se existe alguma associação entre eles. Para tanto, vamos usar dois tipos de medidas. Primeiro, correlacionaremos as posições iniciais da renda *per capita* relativa, por Estado, no comêço da década, com as percentagens dos deslocamentos, durante a década. Assim, poderemos ver em que medida o deslocamento ou a migração é associada com as diferenças de renda.

A segunda medida correlaciona a percentagem de migração (i. é., o deslocamento) gerado na década em questão, com a variação na posição da renda *per capita* relativa dos estados. O interesse aqui

é observar em que medida as variações nas posições da renda relativa, na década, são associadas com as percentagens dos deslocamentos.

A Tabela 3 mostra que para todos os estados, como um todo, não houve associação significativa entre diferenças na renda de 1940 e as percentagens de deslocamento registradas em 1940/50. A *rank correlation* é apenas +0,056. Também é interessante notar que as

TABELA 3

Diferenças relativas na Renda de 1940, correlacionadas com as percentagens de deslocamento populacional, para os Estados do Brasil, 1940/50

Estados em ordem segundo a renda per capita de 1940	$Y_{ab}/Y_{nb}$ % (1)	$D^{\pm}/P_a$ % (2)
1. Guanabara	2,64	+ 7,5 (3)
2. São Paulo	1,56	+ 1,1 (9)
3. Rio Grande do Sul	1,40	- 0,6 (12)
4. Mato Grosso	1,07	- 4,7 (16)
5. Rio de Janeiro	1,03	- 1,5 (13)
6. Paraná	1,00	+ 33,3 (1)
7. Santa Catarina	0,89	+ 5,6 (4)
8. Pernambuco	0,78	+ 0,3 (10)
9. Minas Gerais	0,77	- 10,6 (21)
10. Pará	0,76	- 2,8 (15)
11. Espírito Santo	0,75	- 10,3 (20)
12. Rio Grande do Norte	0,66	+ 0,0 (11)
13. Goiás	0,64	+ 17,0 (2)
14. Sergipe	0,62	- 6,5 (18)
15. Alagoas	0,61	- 10,3 (19)
16. Paraíba	0,58	- 5,0 (17)
17. Amazonas	0,58	+ 5,3 (5)
18. Bahia	0,58	- 2,3 (14)
19. Maranhão	0,53	- 1,9 (7)
20. Ceará	0,51	- 2,6 (6)
21. Piauí	0,51	+ 1,7 (8)

Coefficiente de Correlação (SPEARMAN): + 0,056 (desvio-padrão = 0,2236).

FONTES: Os dados de deslocamento populacional são tirados da Tabela 4; os dados de população estadual, em 1940, são os do Censo Demográfico; as estatísticas de renda estadual, em 1940, são da Joint Brazil United States Economic Development Commission, *The Development of Brazil*, U. S. Foreign Operations Administration (Washington, 1954), p. 308.

1. Explicação dos Símbolos

$D^{\pm}$  = deslocamento total de população, calculado como o resultado absoluto da diferença entre as taxas de crescimento populacional do País e dos Estados, entre 1940 e 1950,  $P_a$  = população média em 1940/50;  $Y_{ab}$  = renda estadual *per capita* no ano inicial (1940);  $Y_{nb}$  = renda nacional *per capita*

2. Os números entre parênteses indicam a ordenação dos números da coluna (2).

correlações *intra* grupo de cima e de baixo não elevam o coeficiente a um nível de significância estatística.

Os resultados globais e *intra* grupo não significam que as diferenças de renda não tenham tido o seu papel na migração dos anos 40. Provavelmente, essas diferenças afetaram não apenas a migração entre os dois grupos de estados como também (e mais importante) entre pequenos agrupamentos de estados vizinhos. Contudo, as correlações totais (e mesmo a *intra*-grupo) incluem grande número de Estados geograficamente distantes e, assim ignoram o papel importante das continuidade ou distância geográfica, no custo e na facilidade da migração interestadual.

Assim, muitos estados com alta percentagem de saída de imigrantes, estão no grupo de renda alta, uma vez que eles perderam população para os estados vizinhos, de renda alta; por outro lado, muitos estados no grupo de baixo (estados de baixa renda) registram menores percentagens de saída), ou mesmo pequenas percentagens positivas, de vez que estão distantes dos grandes centros de atração, no Sul.

Mais adiante, veremos como êsses resultados variaram, significativamente, no período 1950/60, devido a um volume maior de migração.

Por fim, devemos admitir que o conceito de diferenças de renda, em termos de níveis de renda *per capita* relativa, é um tanto limitado para se explicar a grande imigração para estados de fronteira, como Paraná e Goiás — estados que registraram, em termos relativos, as maiores imigrações na década de 40. Sendo pouco populosos, os estados próximos ou na região Centro-Sul (caso do Paraná) atraíram imigrantes de outros Estados, mesmo daqueles de maior renda *per capita* (Paraná, de São Paulo e Goiás, de Minas Gerais).

A conclusão seria a que os dados disponíveis de renda *per capita* são indicadores limitados da força de atração desses estados para os imigrantes. Mais importante seria a disponibilidade de terra para cultivar, e a promessa de um lucro razoável para os empreendimentos agrícolas. Porém ainda que essas áreas de fronteira fossem eliminadas da análise (Maranhão, Pará, Amazonas), os coeficientes de *rank correlation* não chegariam a níveis estatisticamente significativos.

Em suma, as diferenças de renda entre os estados devem ter desempenhado um papel na migração interna, na década de 40, le-

vando-se em conta pequenos agrupamentos de estados vizinhos, com diferentes níveis de renda. Porém, quando incluímos todos os estados, ou mesmo os estados dentro dos grupos, o volume e o padrão das migrações em 1940/50 não foi de modo a criar níveis significativos de associação renda *per capita* / percentagens de deslocamento.

Passemos à nossa segunda medida, ou seja, a associação entre o deslocamento populacional (em percentagem), e as variações na renda *per capita* relativa, nos Estados, na década 1940/50. A Tabela 4 mostra não ter havido uma associação significativa entre

TABELA 4

Percentagens do deslocamento populacional no Brasil, correlacionadas com a variação nos diferenciais da renda estadual, no período 1940/50

Estados em ordem segundo a percentagem do deslocamento	$D^{\pm}/P_a$ % (1)	$\frac{Y_{st}/Y_{nt}}{Y_{sb}/Y_{nb}}$ (2)
1. Paraná	+ 33,3	1,15 (4)
2. Goiás	+ 17,0	0,812 (12)
3. Guanabara	+ 7,5	1,22 (2)
4. Santa Catarina	+ 5,6	0,93 (8)
5. Amazonas	+ 5,3	1,33 (1)
6. Ceará	+ 2,6	0,90 (9)
7. Maranhão	+ 1,9	0,60 (20)
8. Piauí	+ 1,7	0,59 (21)
9. São Paulo	+ 1,1	1,18 (3)
10. Pernambuco	+ 0,3	0,769 (17)
11. Rio Grande do Norte	+ 0,0	0,803 (14)
12. Rio Grande do Sul	- 0,6	0,778 (15)
13. Rio de Janeiro	- 1,5	0,97 (7)
14. Bahia	- 2,3	0,827 (10)
15. Pará	- 2,8	0,776 (16)
16. Mato Grosso	- 4,7	0,75 (18)
17. Paraíba	- 5,0	0,827 (11)
18. Sergipe	- 6,5	0,806 (13)
19. Alagoas	- 10,3	0,70 (19)
20. Espírito Santo	- 10,3	1,01 (5)
21. Minas Gerais	- 10,6	0,99 (6)

Coefficiente de correlação (SPEARMAN): + 0,247; (desvio-padrão = 0,2236)

FONTE: Os dados de renda estadual, para 1940, foram obtidos na mesma fonte citada na Tabela 5; os dados de 1950 são da R.B.E. ano 16, n.º 1, Março de 1962, p. 90; as percentagens de deslocamento populacional são tiradas da Tabela 4; os dados de população dos Estados, em 1940, provêm da Tabela 5; os dados de 1950 são do Censo Demográfico.

1. Explicação dos símbolos:

$D^{\pm}$ : ver Tabela 3;  $P_a$  = idem;  $Y_{nt}$  renda nacional *per capita*, no ano terminal (1950);  $Y_{nb}$  = idem, no ano inicial (1940);  $Y_{st}$  = renda estadual *per capita*, no ano terminal (1950);  $Y_{sb}$  = idem, no ano inicial (1940).

essas variáveis (o coeficiente de correlação é +0,247). Tal resultado não chega a surpreender, à vista do que já constatamos antes.

Poderíamos antecipar que os estados que registraram um grande defluxo migratório tivessem experimentado uma melhoria na posição relativa de sua renda *per capita*, enquanto os estados com grandes influxos experimentavam um decréscimo na renda — o que se refletiria numa correlação inversa, bastante significativa entre as duas variáveis. Tal não se dá, porém; a ausência dessa correlação não é senão o reflexo do padrão divergente do crescimento.

Arrematando, as oportunidades de crescimento, nos estados de entrada de imigrantes, no Sul, eram tão promissoras, e a dos estados de saída de imigrantes, tão escassas, que (mesmo à vista dessa imigração aqueles melhoraram sua renda *per capita vis-à-vis* aos outros estados de origem do fluxo. A migração interna foi muito limitada, para compensar o diferencial de oportunidades de crescimento.

#### 4.2. AS ESTATÍSTICAS DE MIGRAÇÃO E RENDA: 1950-60

Os resultados da correlação para o período 1950/60 se apresentam em grande contraste com os da década anterior. O maior volume da migração em 1950/60 dá uma associação estatisticamente mais significativa entre os dados de renda e locomoção, do que o menor volume verificado em 1940/50. A Tabela 5 mostra uma associação positiva (significativa ao nível de 5%) entre as diferenças de renda registradas em 1950 e as percentagens de locomoção para a década dos 50.

Essa associação positiva indica que os estados de alta renda receberam os maiores influxos (em termos percentuais), enquanto que nos de baixa renda ocorreram significativos movimentos migratórios — uma constatação que vem ao encontro da nossa expectativa de que as diferenças de renda têm um papel importante no movimento migratório interno, com influxos nos estados de alta renda, e defluxos nos de baixa renda.

Ademais, se eliminarmos os cinco estados que, por suas características de regiões fronteiriças e selva, estimularam a imigração, independentemente de diferenças na renda *per capita* (Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Pará, Amazonas), a correlação positiva entre as diferenças de renda em 1950 e as percentagens de deslocamentos

TABELA 5

Diferenças entre as rendas estaduais, expressas em percentagem sobre a renda nacional, correlacionadas com a migração percentual, 1950/60

Estados em ordem segundo a percentagem do deslocamento	$Y_{sb}/Y_{nb}$ % (1)	$D^{\pm}/P_a$ % (2)
1. Guanabara	3,34	+ 2,1 (9)
2. São Paulo	1,89	+ 4,5 (7)
3. Paraná	1,18	+ 43,4 (1)
4. Rio Grande do Sul	1,12	- 5,0 (12)
5. Rio de Janeiro	1,02	+ 9,3 (5)
6. Santa Catarina	0,84	+ 0,8 (11)
7. Espírito Santo	0,79	+ 1,1 (10)
8. Amazonas	0,76	+ 5,7 (6)
9. Minas Gerais	0,74	- 8,5 (13)
10. Mato Grosso	0,72	+ 27,5 (2)
11. Pernambuco	0,61	- 13,3 (17)
12. Pará	0,58	+ 2,4 (8)
13. Goiás	0,54	+ 26,4 (3)
14. Rio Grande do Sul	0,53	- 15,5 (19)
15. Bahia	0,496	- 11,4 (16)
16. Sergipe	0,489	- 17,2 (20)
17. Paraíba	0,485	- 17,3 (21)
18. Ceará	0,47	- 11,4 (15)
19. Alagoas	0,44	- 9,4 (14)
20. Maranhão	0,34	+ 16,2 (4)
21. Piauí	0,29	- 14,3 (18)

Coefficiente de Correlação (SPEARMAN) = + 0,4988 (significativo a 5%). Desvio-Padrão = 0,2236.

FONTES: Os dados de renda estadual para 1950 são os da Tabela 6; os de deslocamento populacional, da Tabela 4; os de população por Estado foram tirados da fonte citada na Tabela 6, enquanto os de 1960 são da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico.

1. Explicação dos símbolos:

$D^{\pm}$ : deslocamento total de população, calculado como o resultado absoluto da diferença entre as taxas de crescimento populacional do país e dos Estados, entre 1950 e 1960;  $P_a$  = população média em 1950/60;  $Y_{sb}$  = renda estadual *per capita*, no ano inicial da década (1950)  $Y_{nb}$  = renda nacional *per capita*, idem.

2. Os números entre parênteses indicam a ordenação dos números da coluna (2),

em 1950/60 sobe de +0,499 para +0,794, um número significativo a 1%.

Concentremo-nos agora nas conclusões da Tabela 6. Aí observamos que o volume maior de migração no período 1950/60 também influenciou uma associação negativa entre as percentagens dos deslocamentos de população e as variações na renda *per capita* rela-

TABELA 6

Percentagens do deslocamento populacional no Brasil correlacionados com a variação nos diferenciais da renda estadual, no período 1950/60

Estados em ordem segundo a percentagem de deslocamento	$D^{\pm}/P_a$ % (1)	$\frac{Y_{ta}/Y_{nt}}{Y_{ab}/Y_{nb}}$ (2)
1. Paraná	+ 43,4	0,941 (17)
2. Mato Grosso	+ 27,5	1,080 (5)
3. Goiás	+ 26,4	1,016 (9)
4. Maranhão	+ 16,2	1,000 (11)
5. Rio de Janeiro	+ 9,3	0,931 (18)
6. Amazonas	+ 5,7	0,895 (19)
7. São Paulo	+ 4,5	0,942 (16)
8. Pará	+ 2,4	0,966 (13)
9. Guanabara	+ 2,1	0,871 (20)
10. Espírito Santo	+ 1,1	0,823 (21)
11. Santa Catarina	+ 0,8	1,071 (8)
12. Rio Grande do Sul	- 5,0	1,071 (7)
13. Minas Gerais	- 8,5	0,959 (14)
14. Alagoas	- 9,4	1,136 (1)
15. Ceará	- 11,4	0,957 (15)
16. Bahia	- 11,4	1,129 (2)
17. Pernambuco	- 13,3	0,984 (12)
18. Piauí	- 14,3	1,000 (10)
19. Rio Grande do Norte	- 15,5	1,075 (6)
20. Sergipe	- 17,2	1,119 (3)
21. Paraíba	- 17,3	1,110 (4)

Coefficiente de relação (SPEARMAN) = - 0,475 (significativo a 5%) Desvio-padrão = 0,2236.

FONTES: Os dados de renda estadual são os da fonte citada na Tabela 1 a 7; a renda estadual para 1960 é da *R. B. E.*, ano 16, n.º 1, março de 1962, p. 95; os dados de população estadual são das fontes cotadas nas Tabelas 6 e 7; o deslocamento populacional vem da Tabela 4.

1. Explicação dos símbolos:

$D^{\pm}$ : Ver Tabela 5;  $P_a$  = idem,  $Y_{nb}$  = idem;  $Y_{nt}$  = renda nacional *per capita*, no ano terminal da década (1960);  $Y_{st}$  = renda estadual *per capita*, no ano terminal (1960);  $Y_{ni}$  = idem, no ano inicial (1950).

2. Os números entre parênteses indicam a ordenação dos números da coluna (2).

tiva, por estado. O coeficiente de -0,475 (significativos a 5%) indica que os estados com maiores fluxos imigratórios, na década de 50, foram também os que, de modo geral, apresentaram a variação mais baixa na renda *per capita* relativa, entre 1950 e 1960. Por outro lado, os estados que tiveram as maiores percentagens de migração também apresentaram a maior variação na renda *per capita* relativa, naquele período. Como anteriormente, essa associa-

ção negativa aumenta grandemente (de  $-0,475$  para  $-0,715$ ) e é significativa a 1%, quando os cinco estados mencionados não são levados em conta.

Tais conclusões corroboram o que dissemos antes sôbre uma ligeira convergência na renda *per capita* entre os estados brasileiros, entre 1950 e 1960, bem como o fato de a ausência de qualquer associação significativa entre as variáveis renda e deslocamentos populacionais, na década de 1940, ter parecido razoável concluir que o grande volume da migração nos anos 50 teve um papel importante na determinação da ligeira convergência na renda *per capita*.

## 5. Apreciação Final

Em resumo, os dados disponíveis de renda global e população indicam, para o período 1940/50, uma ampliação das divergências da renda *per capita*, entre os estados do Brasil. Mais ainda, êsse padrão global de divergência se associou a um intenso crescimento divergente *entre* os grupos de estados. Por outro lado, as estatísticas cobrindo a década 1950/60 indicam uma ligeira convergência na renda *per capita*, entre os estados. Êsse padrão esteve associado a um acentuado crescimento *entre* os grupos de estados. Igualmente parece claro que grande aumento no volume das migrações internas, entre 1950 e 1960, teve um papel instrumental no crescimento convergente do período.

Tal acréscimo na migração está nitidamente associado ao desenvolvimento industrial e urbano dos anos 50. Contudo, não é objetivo dêste estudo apresentar ou analisar em detalhe as forças por trás dêsse aumento do fluxo migratório. O autor já teve ocasião de tratar do assunto, de maneira mais extensa.<sup>7</sup> Porém, é útil arrematar esta nossa discussão com uma apreciação sumária das principais causas que geraram o aumento da migração, no período 1950/60.

Primeiro, a taxa global de crescimento econômico foi maior na década de 50 do que na anterior; segundo, a industrialização criou uma maior decalagem nas taxas de crescimento setoriais da agricultura e indústria, em 1950/60 do que entre 1940 e 50, qualquer que seja a base de mensuração (agregativamente ou por unidade de

<sup>7</sup> GRAHAM, Douglas H. *Regional Economic Growth in Brazil, 1940-60* Capítulo IV, tese de doutorado, apresentada na Universidade de Harvard, 1967.

mão-de-obra).<sup>8</sup> Considerando o fato de que a distribuição geográfica das taxas naturais de crescimento populacional raramente corresponde à distribuição variável das oportunidades econômicas, ao longo do tempo, essas variações nas taxas globais e setoriais de crescimento, sem dúvida, tiveram um papel importante, na elevação dos fluxos migratórios das zonas rurais para as zonas urbanas, e no aumento da migração interregional, do Nordeste para o Sul.

Terceiro, a migração entre zonas rurais também foi significativa, na medida em que a fronteira agrícola se expandiu pelas regiões do oeste (Paraná, Mato Grosso e Goiás). Considerando a falta de mecanização no setor agrícola, essa expansão considerável da área cultivada está nitidamente associada com o aumento da demanda pela mão-de-obra rural.<sup>9</sup> Outros fatores, como as secas do Nordeste e a construção de Brasília, também contribuíram para o ímpeto migratório, na década de 1950.

Quarto, o custo e as agruras da migração foram bem reduzidos, nessa década, devido à grande melhoria do sistema rodoviário, em particular na forma de linhas de carga. Esse fato, combinado ao rápido aumento do número de caminhões, ônibus e automóveis, tiveram importância crucial na elevação do fluxo das migrações.

Igualmente, é interessante especular sobre os possíveis efeitos desse maior volume de migração sobre o mercado de trabalho. O padrão convergente do crescimento nos anos de 50 sugere que o influxo constante de novos imigrante no Sul do país, deve ter estreitado os diferenciais de salários, entre as regiões, e contribuído para tornar os mercados de trabalho, mais fluidos, menos organizados e exercendo menor pressão por aumentos de salários.

Em suma, a migração poderia ter desempenhado um papel importante na formação da poupança forçada, surgida na circunstância inflacionária dos anos 50. Conquanto plausível, essa hipótese precisa ser testada, através de estudo detalhado dos vários fluxos migratórios e de sua influência provável nos diversos mercados de trabalho

<sup>8</sup> As taxas do crescimento setorial e global, em bases agregadas e por trabalhador, foram calculadas pelo IBRE, da Fundação Getúlio Vargas. Ver W. BAER e I. KERSTENETSKY, *Patterns of Brazilian Economic Growth*, trabalho apresentado no ciclo de conferências, *The Next Decade of Latin American Development*, realizado em abril de 1966, na Universidade de Cornell.

<sup>9</sup> Para uma discussão do crescimento da área cultivada e da expansão da fronteira agrícola, na década de 1950, ver CHACEL, Julian. *Preços e Custos na Agricultura Brasileira*, *R. B. E.*, Ano 17, n° 3, setembro de 1963, p. 35-67.

e estruturas salariais, ao longo do tempo, antes de se tirarem conclusões mais sólidas.

Em recente trabalho, o Professor WILLIAMSON estudou, de maneira ampla, o problema da desigualdade regional e o desenvolvimento nacional. Nesse estudo, êle levanta uma questão que é importante para as nossas conclusões sôbre o caso brasileiro.<sup>10</sup> Sua principal hipótese é a de que os estágios iniciais do desenvolvimento geram crescentes diferenças regionais de renda. Contudo, argumenta êle, num certo ponto do processo de crescimento, muitas das tendências desequilibradoras tendem a diminuir, dando margem a que o padrão dominante do crescimento regional seja convergente.

#### APÊNDICE I

Diferenças entre as participações estaduais na renda e população,  
1940 — 1950 — 1960

Estados	1940			1950		
	Renda %	Popu- lação %	Dife- rença	Renda %	Popu- lação %	Dife- rença
Guanabara	11,3	4,3	7,0	14,8	4,6	10,2
São Paulo	27,2	17,4	9,8	32,3	17,6	14,7
Paraná	3,0	3,0	0,0	4,7	4,1	0,6
R. G. do Sul	11,3	8,1	3,2	8,7	8,0	0,7
Rio de Janeiro	4,6	4,5	0,1	4,4	4,4	0,0
Santa Catarina	2,5	2,9	0,4	2,5	3,0	0,5
Espírito Santo	1,4	1,8	0,4	1,3	1,7	0,4
Amazonas	0,7	1,2	0,5	1,0	1,3	0,3
Minas Gerais	12,6	16,3	3,7	10,8	14,9	4,1
Mato Grosso	1,1	1,1	0,0	0,7	1,0	0,3
Pernambuco	5,1	6,5	1,4	3,9	6,5	2,6
Pará	1,8	2,3	0,5	1,3	2,2	0,9
Goiás	1,3	2,0	0,7	1,2	2,3	1,1
R. G. do Norte	1,2	1,9	0,7	1,0	1,9	0,9
Bahia	5,5	9,5	4,0	4,5	9,3	4,8
Sergipe	0,8	1,3	0,5	0,6	1,2	0,6
Paraíba	2,0	3,5	1,5	1,6	3,3	1,7
Ceará	2,6	5,1	2,5	2,4	5,2	2,8
Alagoas	1,4	2,3	0,9	0,9	2,1	1,2
Maranhão	1,6	3,0	1,4	1,0	3,1	2,1
Piauí	1,0	2,0	1,0	0,6	2,0	1,4
Soma das Diferenças			40,2			51,9

(Continua)

<sup>10</sup> Ver WILLIAMSON, Jeffrey. *Op. cit.*

**APÊNDICE I (Conclusão)**

Estados	Renda %	1960	
		População	Diferença
Guanabara	13,5	4,7	8,8
São Paulo	32,2	18,3	13,9
Paraná	6,6	6,0	0,6
Rio Grande do Sul	9,1	7,7	1,4
Rio de Janeiro	4,5	4,8	0,3
Santa Catarina	2,7	3,0	0,3
Espírito Santo	1,1	1,7	0,6
Amazonas	0,9	1,4	0,5
Minas Gerais	9,7	13,8	4,1
Mato Grosso	1,0	1,3	0,3
Pernambuco	3,5	5,8	2,3
Pará	1,3	2,3	1,0
Goiás	1,5	2,8	1,3
Rio Grande do Norte	0,9	1,6	0,7
Bahia	4,7	8,4	3,7
Sergipe	0,6	1,1	0,5
Paraíba	1,5	2,8	1,3
Ceatá	2,1	4,7	2,6
Alagoas	0,9	1,8	0,9
Maranhão	1,2	3,5	2,3
Piauí	0,5	1,8	1,3
<b>Soma das Diferenças</b>			<b>48,7</b>

**FONTES:** IBGE, Censo Demográfico do Brasil 1940, Série Nacional, Vol. II, (Rio de Janeiro, 1950), p. 110-53; IBGE, Censo Demográfico, Brasil, 1950), Série Nacional, Vol. I, (Rio de Janeiro, 1956) p. 65; IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, Brasil 1960, (Rio de Janeiro, 1962), p. 3; Joint Brazil-United States Economic Development Commission, The Economic Development of Brazil, U. S. Foreign Operations Administration (Washington, 1954), p. 308; Revista Brasileira de Economia, Ano II, 4 (Dezembro 1957), p. 109; Ibid, Ano 16, N.º 1, março 1962, p. 95.

À luz dêsse argumento, é interessante especular se a ligeira tendência convergente apresentada no Brasil entre 1950 e 1960 indica que o desenvolvimento nacional tenha atingido um estágio em que o crescimento regional se inicia por um padrão convergente, e que a crescente desigualdade regional seja agora um fato passado.

Devemos, porém, ser cautelosos quanto a essa generalização. Primeiro, os dados de renda regional podem não ser tão razoáveis a ponto de permitir audácias dessa ordem, ou pelo menos enquanto não tivermos um período de análise mais longo. Segundo, está

claro em nosso estudo que a tendência divergente nos anos 40 foi consideravelmente maior do que a convergência, no período seguinte. Concluiu-se, pois, que, embora a convergência nos níveis de renda *per capita* dos Estados seja um fato na década de 1950, sua força e consistência são objeto de dúvidas.

Embora a taxa de crescimento tenha decrescido no período 1961/65, o que poderia ter gerado a continuação da convergência dos anos de 1950 (as regiões industriais do Sul sofreram maiores perdas do que o Nordeste, menos desenvolvido), esse padrão foi, em grande parte, influenciado pelas variações abruptas na situação política e, portanto, não deveria ser considerado um resultado de um processo normal de crescimento econômico. As condições políticas e econômicas no Brasil terão de estabilizar-se antes de se poder chegar a conclusões mais profundas sobre a trajetória de longo prazo do crescimento regional.

## APÊNDICE II

Diferenças entre as participações dos grupos de Estados na renda e população  
1940 — 1950 — 1960

	1940			1950			1960		
	Renda	População %	Diferença	Renda	População %	Diferença	Renda %	População %	Diferença
Grupo de Cima	76,3	61,4	14,9	81,4	61,6	20,8	81,9	64,1	17,8
Grupo de Baixo	23,7	38,6	14,9	18,6	38,4	20,8	18,1	35,9	17,8
	100,0	100,0	29,8	100,0	100,0	41,6	100,0	100,0	35,6

FONTE: Ver Apêndice I

Diferenças entre as participações dos grupos de Estados na renda e população  
1940 — 1950 — 1960

Estados	1940			1950			1960		
	Renda %	Popu- lação %	Dife- rença	Renda %	Popu- lação %	Dife- rença	Renda %	População %	Diferença
<b>Grupo de Cima</b>									
1. Guanabara	14,81	6,98	7,83	18,28	7,44	10,84	16,42	7,26	9,16
2. São Paulo	35,64	28,41	7,23	39,67	28,58	11,09	39,34	28,48	10,86
3. R. G. do Sul	14,81	13,14	1,67	10,73	13,03	2,30	11,15	11,96	0,81
4. Rio de Janeiro	6,06	7,31	1,25	5,38	7,19	1,81	5,52	7,47	1,95
5. Paraná	3,93	4,89	0,96	5,73	6,62	0,89	8,08	9,39	1,31
6. Mato Grosso	1,47	1,71	0,24	0,87	1,63	0,76	1,21	2,00	0,79
7. Santa Catarina	3,34	4,66	1,32	3,02	4,88	1,86	3,28	4,71	1,43
8. Espírito Santo	1,80	2,97	1,17	1,56	2,70	1,14	1,31	2,61	9,30
9. Minas Gerais	16,46	26,65	10,19	13,24	24,14	10,19	11,85	21,51	9,66
10. Goiás	1,68	3,27	1,59	1,52	3,80	2,28	1,83	4,60	2,77
	100,00	100,00	33,45	100,00	100,00	43,16	100,00	100,00	40,04
<b>Grupo de Baixo</b>									
11. Amazonas	3,08	3,26	0,19	5,27	3,45	1,82	5,73	3,92	1,81
12. Pernambuco	21,49	16,91	4,58	20,91	17,13	3,78	19,22	16,53	2,69
13. R. G. do Norte	5,19	4,83	0,36	5,20	4,88	0,32	5,04	4,62	0,42
14. Sergipe	3,42	3,41	0,01	3,17	3,25	0,08	3,20	3,04	0,16
15. Pará	7,32	5,94	1,38	6,84	5,86	0,98	6,99	6,47	0,52
16. Bahia	23,14	24,65	1,51	24,19	24,40	0,21	25,63	23,93	1,70
17. Paraíba	8,50	8,95	0,45	8,38	8,65	0,27	8,35	8,06	0,29
18. Alagoas	5,90	5,98	0,08	4,82	5,52	0,70	4,93	5,08	0,15
19. Ceará	10,98	13,15	2,17	12,76	13,60	0,84	11,53	13,34	1,81
20. Maranhão	6,73	7,77	1,04	5,43	7,99	2,56	6,59	9,96	3,37
21. Piauí	4,25	5,14	0,89	3,03	5,28	2,25	2,79	5,05	2,26
	100,00	100,00	12,66	100,00	100,00	13,81	100,00	100,00	15,18

FONTE: Ver Apêndice I

## SUMMARY

The nature and pattern of regional economic growth in Brazil has been the subject of numerous studies in recent years. However, the phenomenon of internal migration has usually not been the central focus of these studies. Accordingly, Prof. GRAHAM's paper concentrates on the analysis of internal migration within Brazil, its changing volume and differential incidence among states over time and its role in the trends of regional growth from 1940 to 1960.

In the decade 1940-50 there was a widening divergence in income *per capita* among the states of Brazil, associated with a strong divergent growth between the low income and the high income states. On the other hand, the succeeding decade (1950-60) indicates a slight convergence in income *per capita* among states, associated with a marked convergent growth between those two groups of states.

As to the long run direction of Brazilian regional growth, "political and economic conditions within Brazil will have to settle down into a more natural and less abrupt evolution before any firm conclusions can be drawn".